

Ecoengajamento na dança: sabedorias ancestrais indígenas como fenômeno de resistência ao PL 490¹

Victor Hugo Neves de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, PB, Brasil
dolive.victor@gmail.com
orcid.org/0000-0003-2622-1277

Oswaldo Pinheiro

oswaldpinha@gmail.com
orcid.org/0000-0001-7783-102X

Ingrid Sateré Mawé

sateremaweingrid@gmail.com
orcid.org/0000-0002-9989-458X

Resumo | Este artigo compartilha considerações sobre as práticas de combate ao Projeto de Lei 490/2007 que regulamenta o marco temporal e altera a legislação da demarcação das terras indígenas no Brasil. O objetivo é elaborar reflexões críticas sobre a exploração colonial moderna como domínio de destruição e morte. Pretende-se, igualmente, chamar a atenção para o ecoengajamento nas danças como uma das políticas de fortalecimento das corporeidades indígenas em nosso país.

PALAVRAS-CHAVE:
Ecoengajamento. Dança. PL 490.

Eco-engagement in dance: Ancestral indigenous wisdoms as a phenomenon of resistance to Bill 490/2007

Abstract | This article shares considerations on the practices of combating the Bill 490/2007 that regulates the temporal mark and alters the legislation of the demarcation of indigenous lands in Brazil. The goal is to elaborate critical reflections on modern colonial exploitation as a domain of destruction and death. In addition, it is intended to draw attention to eco-engagement in dances as one of the policies for strengthening indigenous corporeities in our country.

KEYWORDS: Eco-engagement. Dance. Bill 490/2007.

Eco-compromiso en la danza: sabidurías ancestrales indígenas como fenómeno de resistencia a la PL 490

Resumen | Este artículo comparte consideraciones sobre las prácticas de combate al Proyecto de Ley 490/2007 que regula el "marco temporal" y altera la legislación de demarcación de tierras indígenas en Brasil. El objetivo es elaborar reflexiones críticas sobre la explotación colonial moderna como dominio de destrucción y muerte. También se pretende llamar la atención sobre el eco-compromiso en las danzas como una de las políticas para el fortalecimiento de las corporeidades indígenas en nuestro país.

PALABRAS CLAVE: Eco-compromiso. Danza. Proyecto de ley 490/2007.

Enviado em: 08/10/2021
Aceito em: 10/12/2021
Publicado em: 16/12/2021

¹ Este trabalho contou com apoio financeiro da Chamada nº 03/2020 Produtividade em Pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB código do projeto de pesquisa no SIGAA PVJ13529-2020.

- "O fim do mundo está próximo".

Gritam os arautos da realidade desesperançada. As crianças correm com as barrigas cheias de fome. O vazio da ausência preenche tudo o que se vê. Por dentro, desafeto, subnutrição, fome, morte. O mundo faz giros ao redor do sol, tudo passa sem sair do lugar. As humanidades envolvem e comemoram uma nova descoberta: a terra é plana. Do centro do egoísmo vive-se um clima de constante crise que mexe com o corpo e faz as vísceras dançarem de tremor e medo diante do futuro apocalíptico.

A crise come o mundo e devora as gentes. Ei-la: predatória. O mar avança, o chão derrete e os filhos dos desequilíbrios ecológicos surgem paridos pela globalização capitalista gerando, cada vez mais, desigualdade social e miserabilidade. Corpos marginais são situados à beira do abismo. Se lançam, despedaçados, quebrados, destroçados por inteirezas que nunca se completam. A destruição dos recursos naturais germina flores ácidas que agravam a pobreza de grande parte da humanidade do planeta.

O mundo cresce, florestas apodrecem, pessoas aparecem, gados surgem, pastos florescem. As fazendas concentram toda a riqueza em quintais vazios de gentes. O desenvolvimento organizado pelos sentidos da "extração-produção-descarte" faz crescer a massa da Terra para o trabalho ordinário e a exploração, mas não cria as condições para a partilha dos benefícios. No mundo, os poderosos são magos de Cristo, mas não se interessam em partilhar o vinho, o peixe ou o pão. As demandas crescentes da população mundial não são atendidas (MARTINE & ALVES, 2015). Os tesouros se acumulam em baús que representam a morte de árvores, rios, animais, homens, mulheres e crianças. A riqueza carrega consigo um amontado de morte.

Dessa maneira, homens e mulheres se tornam responsáveis por um vácuo de sentidos no mundo que desenha um mapa de desigualdade global profunda. Um abismo que culmina em caos ecológico. As fronteiras do planeta são desenhadas e tingidas de branco pelos povos da neve, mas não se encontram as saídas para os problemas de ordem mundial. De certo modo, a sensação é de se estar perdido em um labirinto de gentes brancas que criam linhas de divisão no mundo desde 1494 com as Tordesilhas (SANTOS, 2010).

De um lado, a fome do corpo, a carência de sentidos e a subalimentação da expressividade solapam a vida. Do outro lado, os ininterruptos usos e abusos dos recursos naturais produzem a destruição dos ecossistemas, as desarmonias ambientais e as interações biológicas incomuns. Por toda a parte, o cheiro do perigo e os avisos apocalípticos de iminente ameaça. O relógio se contorce, já são quase meia-noite (MECKLIN, 2021).

Os manuscritos da ciência declaram que a aparição de novos microrganismos pode expulsar a humanidade da Terra. O povo samba com mil sacolas de petróleo nas palmas das mãos e peixes são devorados por ondas de micropartículas de plástico. Almoçamos câncer e jantamos nosso próprio lixo. Nasce um novo vírus, a peste grita por todo mundo e se derrama sobre cada homem, mulher e criança, empurrando líquido para dentro dos pulmões. É uma onda que nos toma pelo ar e que se derrama em água dentro de nós.

O batismo do vírus acorda o mundo e acontece em compasso de velório. Dá-se um nome: novo coronavírus (SARS-CoV-2) causador da doença Covid-19.

Concebe-se uma origem: o contato de animais silvestres, possivelmente contaminados, com seres humanos na cidade de Wuhan na China no ano de 2019. Inventam-se mentiras: não chegará nas bandas de cá, quente demais. Entretanto, em breve tempo, a pandemia se espalha por todo mundo. De célere que é, ela corre aceleradamente, apressadamente. Sente-se um desejo de desver os horrores da existência e a consumação do presságio dos oráculos ambientalistas. Nunca se quis tanto arrancar as vistas desde Édipo em terras da Grécia.

Remonta-se à tragédia grega para compreender o que de grego a pandemia tem. Descobre-se que a etimologia da palavra revela um universalismo abstrato de origem grega, onde *pan* corresponde a tudo, todo e *demos* significa povo. A ideia de pandemia descortina a expressão de uma doença infecciosa que se internacionaliza (KATZ, 2020; SANTOS, 2020). “Todo o povo” sofre com os pulmões sem ar, perda de olfato e paladar, dores pelo corpo, febre.

Mas, se na abstração o canto da pandemia representa um perigo de ordem universal, na experiência do mundo vivido onde os olhos se enchem de sal em formato de água e a vida se derrama sob cifras de corrupção, violência, mentira e sarcasmo se sabe que os corpos, que tombam nas valas desmadeiradas, têm cor. São os corpos pretos da cor da noite, são os filhos e as filhas dos ancestrais africanos. São os corpos do território, indígenas de variadas histórias, donos das terras emolduradas com sangue nos gabinetes imperiais. São as gentes que combinamos que vai chover, mas que essa chuva não há de nos molhar.

A tempestade ácida, entretanto, que se joga dos ventos de espirro e tosse cobre a cabeça daqueles que não tem eira nem beira. O telhado furado pela corrupção de tempos históricos descobre um corpo vulnerável, periférico e marginalizado. A chuva da pandemia tomba sobre as camadas populares. Corpos negros e indígenas se perdem com punhados de areia sem atendimento à saúde. O mundo se contorce, mas a distorção se dá nas gentes com pé no chão.

A universalização do acontecimento pandêmico é um ato de embaraço e crueldade porque se sabe quem está no barco com furos no casco. Roga-se ao bom senso de poderosas representações políticas. No Brasil, meu Brasil brasileiro, abre-se a cortina do passado e encontra-se ali, mais além, as causas históricas dessas desigualdades. Comemora-se o dia das populações indígenas, pinta-se o rosto, dança-se com chocalhos, decora-se espaços com penas, ao mesmo tempo em que as estátuas dos bandeirantes celebram diuturnamente as invasões coloniais, os estupros e as mortes.

A tosse continua a expor um corpo que se afoga para dentro de si. As injustiças raciais no panorama da pandemia colaboram com a redução da vida das gentes não-brancas. O genocídio continua a compor a narrativa da história. Nossos bosques têm mais mortes desde a invenção das Américas. A invasão colonial e a presunção da modernidade desenham a linha da disrupção histórica entre corpo e mente, ambientes e gentes.

O planeta muda de posição. A Terra medieval vivida como uma mãe e compreendida como um organismo vivo, holístico, integrado e orgânico perde espaço para o entendimento moderno de mundo. A ciência moderna opera uma compreensão da Terra por meio de paradigmas mecanicistas, reducionistas e utilitaristas. De mãe, a natureza passa a ser serva.

A dessacralização da experiência no mundo canta o hino antropocêntrico e

consolida o afastamento do homem da ideia de natureza por meio de uma lógica de dominação. O pensador grita "*Penso, logo existo*", destronando a natureza das trocas respeitadas e celebrando o mecanicismo nas ciências que adotam a dicotomia corpórea (BERNARDINO-COSTA et al., 2020; GROSFUGUEL, 2006).

A pedra que constrói a ponte que passeia sobre o rio que paquera com as montanhas passa a ser vista através de uma divisão radical. O pensador dita normas sobre o que é civilizado ou moderno e o que é, simplesmente, natural. Saberes vivos são despedaçados e jogados no fogo. Perseguem-se as bruxas de outras terras. Todo conhecimento situado fora dos quintais brancos, onde aqueles que brincam de deus se escondem, é reconhecido como incompreensível, mágico ou idolátrico e associado a processos rudimentares de desenvolvimento cognitivo.

A ciência moderna constrói templos de autoadoração onde se produz fidelidade a uma espécie de universalismo abstrato, um tipo de particularismo pretensamente universal, que busca dizimar a diversidade dos saberes e dos modos de vida por meio de uma monocultura do conhecimento (SANTOS, 2006). A modernidade corta o mundo, cria linhas abissais e coordena a negação e a invisibilidade de todo esforço não hegemônico de vida.

Eurocêntrica, a modernidade é racional e se impõe no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida (QUIJANO, 2010), o que consolida uma crise sem precedentes no panorama dos debates ambientais. A razão tingida de branco proporciona o aquecimento do chão do mundo, a morte do canto das aves, o desaparecimento dos recursos que mantém as encantarias, o esgotamento dos sonhos.

Toda noite alguém morre preto, indígena ou pobre por ali. Os usos e os abusos dos recursos naturais demandam uma fabricação de corpos à beira do abismo: são invasões policiais onde o chicote balança, são vírus desencantados de vida e devoradores de dignidade, são conquistas da cruz sobre as macumbarias. Os justos caem. Espera-se que machado de Xangô honre esses heróis e essas heroínas que vivem em estado de mutilação.

Os encantados choram, as rodas deixam de girar e o corpo vive crises. As pedras de Aruanda anunciam que antes da revolução das máquinas, as gentes já representavam uma ameaça para o mundo. O panorama das pessoas desterritorializadas, sequestradas e escravizadas por meio dos impositivos do colonialismo moderno é a marca do antropoceno, uma nova era geológica determinada por destrutivas transformações ambientais.

A crise ambiental é, portanto, um canto de morte e perigo histórico localizado na sanha colonial. Adeus Rinoceronte Branco do Norte (2018), Pieris wollastoni (2007), Caloenas maculata (2008), Tartaruga-das-galápagos-de-pinta (2012), Focamonge-do-Caribe (2008), Rinoceronte-negro-ocidental (2006), Po'ouli (2004), Íbex-dos-pirenéus (2000). O homem sem piedade, na covardia da ganância, trouxe estes à morte. Que maldade, não existem mais arcas salvadoras desde Noé.

Esse contexto dramático expressa o agravamento de uma situação preexistente e permanente com estados soberanos definindo o que importa e quem importa (MBEMBE, 2020). Por isso, roubam respiradores, faltam oxigênios, matam plantas e bichos e crescem os números de bilionários em nosso país. Normas ambientais são cada vez mais flexibilizadas. O dinheiro é investido em paraísos fiscais. O carvão turva o céu de cinza, a boiada passa destruindo sentidos de

solidariedade orgânica.

A depleção dos recursos naturais tem efeitos mais graves sobre as comunidades expostas à pobreza (PLEYERS, 2020). São gentes que encontram dificuldades de sonhar, pensar e realizar. A crise ambiental dança de mãos dadas com uma crise estrutural cuja base é social e histórica. O vento não sai do lugar enquanto o sol queima todas as coisas. A lógica de produção e desenvolvimento predatório que não considera a importância dos recursos naturais e a dignidade da vida consolida processos da colonização e do capitalismo.

A exploração das gentes sobre as gentes, o reinado das gentes sobre a natureza, a dissociação existencial efetivada entre gentes e natureza expressam processos de crueldade e dominação. Cada semente transgênica encravada no chão da terra que ergueu florestas de diversidade remonta a uma história de poder organizada por um sistema político e econômico voraz que não conhece limites, um sistema em que a vida humana, a vida de outras criaturas, a beleza e a riqueza da própria terra são representações de recursos e externalidade.

Troca-se feijão por armas e a bíblia empunhada em mãos poderosas profere golpes sobre os modos de viver em harmonia com o mundo. Os condenados da Terra gritam por socorro. O céu do mundo parece desmoronar, carregando os olhos das gentes de desesperança. A redução drástica da biodiversidade e o aquecimento global são sentidos mais uma vez na economia. A fome solapa a existência e a desigualdade cresce continuamente, sem dó.

Projetam-se perfeições em ambientes virtuais, mas no mundo da experiência vivida a coleta seletiva de lixo desafia as atitudes das gentes. A exploração ambiental evolui de modo contrário à sustentabilidade da vida. A queda de árvores altera a paisagem, traz implicações para a biodiversidade e contamina as águas superficiais e subterrâneas do solo, devido ao excesso de adubos químicos, corretivos minerais, herbicidas e defensivos agrícolas.

Toda humanidade é responsabilizada pela grave crise ambiental. Mas, sabe-se no fundo do rio que a manutenção da vida depende de complexas operações socioeconômicas, micro e macropolíticas que envolvem classes e *commodities*, imperialismos e impérios, biotecnologia e militarismo. A destruição dos recursos da Terra é coextensiva à instalação do patriarcado e do racismo como políticas estabilizadoras da normatividade do mundo.

O pacto do racismo e do patriarcado organiza o entendimento de que é mais simples perceber o fim do mundo do que o fim dos abusos. A civilização que se perpetua destruindo a vida e estabelecendo monoculturas sobre o mundo torna-se indefensável (CÉSAIRE, 2020). Sabe-se que os corpos que cruzaram o Atlântico em busca de poder, empunharam a bandeira da conquista e da dominação sobre a natureza. Pobres seres com o rosto pálido, destruidores de almas, que vivem a ilusão de que o mundo está longe das gentes.

Essas gentes deixaram o mundo ali, apodrecendo. Por isso, a colonização encontra-se associada à concepção utilitária da natureza como externalidade e às distorções do imaginário sobre racionalidade, modernidade e civilização. A desintegração das relações homem-natureza tem sido historicamente percebida como uma maldição de gentes brancas e assumido diferentes nomes, perspectivas ou categorias analíticas no contexto das teorias críticas à colonização.

Aqui, o medo do boi da cara preta no pé da cama ou do gato manchado de

noite atrás do quintal expressa um ponto de perversão histórica identificado como colonialidade (QUIJANO, 2010). A colonialidade é um conceito que emerge do Programa de Pesquisa *Modernidade/ Colonialidade* constituído, predominantemente, por intelectuais da América Latina que buscam um projeto epistemológico alternativo à modernidade eurocêntrica.

Introduzida no panorama das Ciências Sociais, no final dos anos 1980, pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, a ideia da colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial capitalista e tem sido um conceito chave para se pensar as relações de poder e autoridade que se estabeleceram por meio do capitalismo e da modernidade. Onde quer que esteja, a ideia de colonialidade desenha mapas de absurdos, desencantos e mortes.

Invade-se territórios, conquista-se almas, guerreia-se o fardo justo, arranca-se o ouro e a própria sustentabilidade da vida em nome de impérios. A perspectiva da colonialidade expressa um conjunto de processos que transcende as particularidades do colonialismo histórico e não desaparece com os procedimentos que formalizaram a independência das nações colonizadas. A colonialidade é a mortal continuidade do colonialismo e a sua manutenção como projeto de dominação. Por isso, se relaciona ao ecocídio, à desigualdade, ao racismo, ao machismo, à destruição das potências da diversidade.

A Chapada dos Veadeiros arde em chamas, onças e vidas da mata estão caídas e tingidas de cinza. Logo ali, onde o agronegócio cresce. O padrão mundial de poder capitalista eurocêntrico e colonial organiza classificações sociais diferenciadas entre euro-centros e periferias facilitando o controle dos territórios e dos recursos de produção na natureza por parte das gentes tingidas de branco.

A existência evoca forças de resistência para continuar a existir. Os pensadores indicam a corporeidade como nível decisivo das relações de poder. É no corpo que se relacionam poderes que enfraquecem o pensamento, dominam as forças da criação e se consolidam desativismos políticos. O corpo é atravessado pelos efeitos do ecocídio, pelas discussões de gênero e pelas dinâmicas das relações raciais, pelos processos de desincorporação dos saberes, pelas torturas diante das tentativas de insubordinações (QUIJANO, 2010).

Em contraposição à monocultura estruturante da vida branca surgem modos de observar a diversidade que buscam fraturar as bases da dominação ontológica, epistemológica e ética. Estes modos, que partem de princípios diversificadores e pluriversais, organizam modalidades de resistência à colonialidade e confrontam a racionalidade eurocêntrica, a dominação étnico-racial e a depleção dos recursos naturais. Um destes movimentos de superação dos arcaísmos da modernidade é chamado de decolonialidade.

A roda começa saudando aos ancestrais. A perspectiva da decolonialidade é uma força em movimento cujo esforço consiste em combater a descorporificação da consciência-ético-transformativa. Vê-se que o chão das Américas canta por meio do conceito de decolonialidade uma geografia de enfrentamento à dominação das subjetividades.

A decolonialidade é um giro que busca afastar a desqualificação das humanidades, das sabenças e dos engajamentos políticos contra-hegemônicos historicamente destroçados pelo colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2020). Por isso, a decolonialidade é anticolonial, não eurocêntrica, antirracista, antipatriarcal,

anticapitalista e assume um enfrentamento crítico contra toda e qualquer forma de exclusão e destruição cuja procedência seja a exploração colonial. Olha-se além: terreiros, quintais e rodas são territorialidades da decolonialidade antes da vida se tornar conceito.

Como se sabe, as territorialidades que operam com bases culturais de ascendência africana e indígena se encontram na linha de frente em defesa do ambiente, por meio de cosmovisões que compreendem a vinculação entre as pessoas e as forças da Natureza. Também, através de um conjunto de críticas aos impositivos da exploração colonial e do capitalismo expressos na presença do regime conceituado como colonialidade.

Nesses territórios, a corporeidade é expressão combativa ao colonialismo e, por isso, pode-se dizer que as danças representam uma poética de cosmopercepções que integra as dimensões do ser, saber e poder por meio de outras orientações relacionais com a natureza, as pessoas e as coisas. Nessa perspectiva, as danças se associam à experiência viva e com a ancestralidade.

A avó se levanta, arrasta os pés no chão e puxa os cantos dos mais velhos. A experiência vivenciada por subjetividades racialmente minoritárias produz uma qualidade de saber corporal que não é abstrato, mas se vincula às práticas coletivas de lutas. São saberes com fundamentação histórica que se relacionam com as resistências concretas à escravidão, com o despojo dos territórios, com o espólio das culturas, com a fragilização das identidades e com a perseguição às práticas religiosas e festivas (ARROYO, 2012).

Esses saberes como modalidades de expressividade e resistência encontram-se incorporados em dinâmicas coreográficas que, por sua vez, indicam sentidos ecodependentes entre homens, mulheres, crianças e natureza. Estabelecem-se giras políticas e poéticas que tratam de outros modos de existir e de praticar o mundo.

O ecoengajamento na dança por meio das dinâmicas do território desenha inúmeras voltas de tempo, invoca espiritualidades de batalha e de cura, canta uma política e educação de base comunitária entre todos os seres e ancestrais, inscreve o cotidiano como rito de leitura e escrita em diferentes sistemas poéticos e prima pela inteligibilidade dos ciclos da natureza (SIMAS & RUFINO, 2020). É um gesto de conscientização ancestral, um modo de saber vivo, encantado e pulsante.

Ouviram no Ipiranga às margens plácidas que este Brasil é um país de corpos doentes e mortos pelo projeto de genocídio e embranquecimento cultural. A relação das ancestralidades encantadas na dança revela, portanto, corporeidades pulsantes e inacabadas. A dança é vivida como vida por meio de sentidos radicalmente ecológicos. É ali, nos encontros com caboclos sete flechas e com donas dorvalinas que se encontra a dança como arte ecoengajada.

Não é a dança de todo canto e de qualquer lugar que trata de vida. Gentes de cara branca têm refletido sobre a dança como arte viva. Entretanto, danças de gentes brancas passam por processos de desencantarias históricas que representam o lugar das ausências, das políticas de extermínio, dos encarceramentos em massa e das mortes. As danças vividas como vida são presenças coletivas e ancestrais das histórias que embora dominadas, ressurgem pelas potências dos encantos.

As artes vivas são aquelas que nascem de princípios combativos ao colonialismo e não aquelas que aparecem pela força histórica da exploração revelada pela hegemonia e pelas referências centralizadoras em cena ou fora dela. De dentro

da história promotora da violência e da morte se torna mais difícil falar de vida. O corpo chamado de vivo no panorama da dança europeia é um corpo que cheira morte, apropriação e genocídio. É uma mistura de narrativas disciplinares e incoerentes.

A moça dos búzios diz que pensar a dança como arte viva é fazer guerras de enfrentamento ao padrão normativo dos corpos, das histórias, das referências e das estéticas. As artes vivas são manifestos vividos que apontam para o fato de a vida não caber em disciplinas e ser indisciplinada. As artes vivas não celebram a interação entre disciplinas, mas são testemunhos de combate à cadeia de produção colonial nas artes e, por isso, produzem modalidades de ecoengajamento por meio de territórios historicamente decoloniais que representam a expressão da vida. Neste ponto, o ecoengajamento na dança se relaciona com culturas corporais radicalmente sustentáveis.

O olhar da feiticeira pede para que se comemore Gaia, Pachamama, Papatuanuku, Tangaroa, Terra e que se restaure a devoção à diversidade do mundo. Há cura para o que dura. Por sua vez, o gesto do feiticeiro declara que se celebre as danças, os movimentos, os versos e as batucadas como políticas ecoengajadas. Os pássaros sentem sede, alguns desistem da busca por água. A discussão sobre o ato de dançar como política ecoengajada surge para restabelecer um ambiente de experiência e prática que situe a dança como um processo combativo ao colonialismo e como uma experiência viva e ancestral. Identificar a dança que se faz e que se pensa como um processo combativo à destruição, vivo e espiralar representa uma posição ecoresponsável.

Não é preciso abrir os olhos para ver como a morte escorre entre os dedos das histórias brancas. São mais de 521 anos de dominação, catequização, apagamento, silenciamento, epistemicídio, ecocídio, genocídio, suicídio. A farsa da modernidade e da civilização prossegue como norma do jogo colonial sujo, imundo, impuro, branco. Pensa-se imundice como brancura, porquanto são as gentes brancas que, historicamente, apagam saberes, naturalizam violências e espoliam territórios. Roubos coloniais por toda a parte. Artes mortas.

A tragédia como farsa estabelece-se como um dos eixos do racismo por meio da dimensão abismática da invisibilidade. O dono do canal global diz não às aparições encantadas que buscam novas conformações da realidade. Forças ancestrais ocupam a territorialidade da devoção política nos campos dos abusos do poder. O mês é agosto, o ano é 2021, grita-se: - "Não ao PL 490/2007", que regulamenta o marco temporal, ou seja, a tese de que os indígenas somente teriam direito às terras que estivessem em sua posse ou em disputa judicial até o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

O fantasma ressurgiu irônico de 2007 para atormentar, roubar, matar e destruir representando um projeto de retirada de terras indígenas e encontra como resposta mais um levante indígena organizado em Brasília. Senta-se no chão de terra seca. Dorme-se em barracas de camping, em barracas improvisadas embaixo de lonas suspensas por armações de arames e barbantes em bambus, gravetos ou em tendas. Ocupa-se a Praça da Cidadania, próxima ao Teatro Nacional, em Brasília – DF. Os dias correm entre 22 e 28 de agosto de 2021 [tempo de nossa permanência].

Busca-se barrar a aprovação dos projetos da agenda anti-indígena² do Congresso e do Governo Federal, assim como acompanhar o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação das terras indígenas. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil [APIB] e as entidades regionais como o Acampamento Luta Pela Vida que reuniu gentes de cento e setenta povos indígenas brasileiros cantam versos de resistência histórica.

O galo acorda e canta urgências: o PL 490 esmaga corpos, cantos e danças, expressando a morte das esperanças e dos direitos. A tese do marco temporal, se aprovada, pode reverter demarcações já definidas e inviabilizar outras tantas que estão em andamento, impedindo que os povos indígenas possam pleitear viver nos espaços históricos e tradicionais. A grande guerreira Célia Xakriabá³ toma a lança e grita pela vida:

No Brasil, quando falam que é muita terra para pouco, índio, o que vemos é que é muita luta para poucas pessoas. 13% do território nacional! Enquanto 1% dos mais privilegiados possuem 21% das terras privadas. No ano de 2019 o total de área desmatadas no bioma Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, somaram 1.218.708 há em todo Brasil. O desmatamento ilegal é o grande responsável pelos conflitos territoriais no Brasil, a cada árvore que é cortada são corpos que são ameaçados, a motoserra que corta as árvores, corta a respiração do mundo. E diante de toda essa ameaça climática, são os indígenas que estão na linha de frente na proteção dos territórios e da natureza. Os povos Indígenas representam 5% da população no mundo, no entanto são eles que com seu modo de vida protegem 82% da biodiversidade do mundo. Isso comprova que lutar pela DEMARCAÇÃO dos territórios indígenas é a saída para garantir a vida, a respiração, de toda humanidade. Não vamos deixar boiada passar, defenderemos com nossa maior arma de luta nosso corpo (XAKRIABÁ, 2021: n.p.).

Os mais privilegiados, aqueles sentados na mesa verde e com poder de decidir o sim ou o não, dominam as terras. Daqui, estabelece-se um relato que nasce das periferias, desde o Acampamento Luta Pela Vida localizado às margens do Eixo Monumental, no começo da Esplanada dos Ministérios. A planta busca o sol, guerreiros buscam a luta. Estabelecem-se graus de forças que visam pressionar e gerar tensões políticas a favor da vida. Uma tenda central onde se desenha um palco significativamente largo recebe o discurso de personalidades e lideranças políticas. Além de rituais, ali realizam-se plenárias sobre a conjuntura política, apresentações culturais, com a exibição de danças e cantos tradicionais e produções de audiovisual em sua maioria dos povos presentes.

O vírus da morte continua a circular. Como medida protetiva, a orientação para as delegações é a testagem ou a triagem para detecção e prevenção da doença que invade os espaços de todo mundo. A presença da equipe de saúde formada por profissionais indígenas em parceria com instituições como a Associação Brasileira de

² Agenda anti-indígena é uma lista dos principais projetos que ameaçam os direitos indígenas e artigos que analisam a conjuntura política nacional, sob influência da pressão de poderosos setores econômicos, dentre os quais destaca-se o agronegócio.

³ Célia Xakriabá é uma professora ativista indígena do povo Xakriabá em Minas Gerais. Sua luta centra-se na reestruturação do sistema educacional e no apoio às mulheres e à juventude dentro dos Xakriabá.

Saúde Coletiva (ABRASCO), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Brasília (UNB) revela uma geografia expandida de encantarias a favor das vidas.

O caldo do feijão chega. As gentes comem refeições produzidas por uma empresa contratada, com a ajuda de voluntários ligados ao movimento, sendo servidas pelo menos em três momentos do dia. Alguns grupos menores preparam suas próprias refeições em cozinhas improvisadas no acampamento. Ali, encontram-se, igualmente, estruturas montadas para banhos e a instalação de banheiros químicos.

Na toada dos dias passados no acampamento, percebe-se o levante como vida pulsante, organizada pelas entranhas da terra onde cada gesto de dança e cada canto de vida expressam um modo de relação com a diversidade e com os aspectos da própria existência. Acompanha-se com atenção todas as manifestações. A vida celebra a relação entre os seres humanos, animais, minerais e espirituais. Artes vivas.

Por ali, corpos atentos à urgência da vida em coletividade. O vento sopra a esperança nas futuras gerações como eixo de luta e resistência colonial. A terra assobia enquanto se alevanta e desenha tonalidades que variam entre rosa e azul em todo o espaço. Uma pausa: o movimento dramatiza como teatro, o teatro joga como luta, a luta ecoa como canto, o canto improvisa como dança, a dança resiste como vida.

A gente combinamos de não morrer. O cansaço trespassa a alma, o pé caminha sob sol escaldante. O tempo ecoa sonoridades, ritmos e alertas. Os marcos ameaçam toda a diversidade. A cada nova data indicada para legislar sobre o futuro dos povos originários do Brasil, novos pulsos dançantes, mais firmes entoadas de rezas e cantos se reapresentam em frente ao STF. Mais de seis mil indígenas e alguns não indígenas sentados, em frente à grande tela, ou em movimento, aguardando o fechamento da questão esdrúxula deste marco temporal que pretende definir o ano de 1988 como o ano primeiro da ocupação indígena.

O Brasil inteiro é território indígena. Ignora-se: desejam fazer esquecer as rezas, os cânticos e as danças. Tomam-se em mãos instrumentos de luta sistematizados e organizados pelo cocar, maraca, penas, pinturas, arcos, flexas, colares, brincos, sementes, ossos. As danças refletem o rio das lendas, a força sagrada dos povos das florestas, a transformação dos rios e a energia dos ventos. O movimento dançado nas marchas e nas reuniões dos indígenas mais jovens criam arenas de socialização entre indígenas e não indígenas que ali apoiam o movimento.

Parentes por toda parte expressam o compartilhamento de interesses comuns, como os direitos coletivos, a luta histórica contra a colonização e pela autonomia sociocultural dos povos diante da sociedade global. Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Percebe-se que a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual.

A chegada das delegações de cada região do país traz ares diferenciados. A liderança indígena Sônia Guajajara efetua um movimento singular e especial, acolhendo afetuosa e respeitosamente cada delegação. A entrada de cada povo no espaço reservado às plenárias vibra o território como o sopro do vento

problematizando a sanha de poder do executivo, do legislativo, do judiciário ou revelando a potência do poder popular e espiritual.

A pajelança é dedicada ao rito espiritual do pacto dos povos. Segue-se o dia atrás do sol com um espetáculo audiovisual indígena sobre memória. Por ali, bem no canto onde a chuva de outros tempos molhou e criou uma massa de base, acompanha-se as plenárias sobre a garantia dos territórios, seus modos de vida e produção, questões ligadas ao poder político e jurídico como as PLs, as PECs, os prazos, as restrições de Raposa Serra do Sol e de povos indígenas isolados. Também, observa-se a juventude aguerrida em luta reivindicando suas retomadas como processo de reconhecimento de suas identidades, assim como o florescer do mulhério demarcando um protagonismo alinhado à cura da terra mãe que também clama por socorro e cuidados.

Uma ave voa indicando o caminho da libertação. Percorre-se repertórios e expressões dos diversos povos presentes. Danças movimentam forças, potências, símbolos, línguas, histórias. A dimensão do corpo e da dança cria sentidos para relações solidárias e sustentáveis das gentes como natureza. Acompanha-se o movimento de sonoridades de caráter ritual, político e memorial.

A história do país recebe de presente uma nova página. Ali, em meio aos povos criam-se dias históricos. O som evoca vozes, as batidas dos pés no chão de terra compõem músicas, cada gesto evoca um entendimento de dança. A esfera concreta dos edifícios monumentais passa a vibrar com os instrumentos; o corpo apresenta o invisível e o abstrato ao sair pelo espaço. A dança é uma memória, tempo e não tempo, expressão da esfera social e cosmológica de diversos povos originários.

As formigas acompanham as ondulações do corpo. Escapam de pés que se arrastam por ali e por aqui. O olhar e o ouvido atento reconhecem que a dança e a música indígena revelam possibilidades de conexão com as ancestralidades. A cada delegação que se aproxima, é possível contemplar a dança de cada povo que com muita força faz a energia circular por meio de gestos e cantorias. Estratégias vivas de riquezas em forma de saberes: fortunas para serem partilhadas por meio do sensível, que sobrevivem no Brasil apesar da mão do chicote e da caneta tinteira.

Todo o Sol que nasce cantado revela um novo amanhecer. É possível acordar com o canto e a dança do povo Guarani, que dança e canta o dia inteiro buscando força espiritual na territorialidade do acampamento. Também, observa-se a dança forte dos Kayapó que iniciam os gestos cheios de cantos antes mesmo do nascer do sol e se colocam a postos para mais uma vez dançar, antes do sol se despedir. Às noites, é possível participar de vivências de movimento com o povo Kariri por meio das danças dos torés, presentes em diversos povos indígenas do Nordeste do país. Uma pausa: fala-se docemente. Um movimento: a força dos sons e gestos dessas tradições milenares.

Mais uma vez, o corpo. No centro da vida dos povos indígenas está sua espiritualidade e um sentido festivo para o viver a dança e o canto. A história dos mais velhos diz que, em determinados momentos da colonização, os povos foram proibidos de dançar e cantar. Isso não apenas promoveu uma ruptura dos sentidos do movimento ancestral, como também impactou a vida de muitos povos que foram obrigados a abandonar sua espiritualidade e sua cultura.

O mundo partido pelas Tordesilhas buscou implementar a destruição das paisagens indígenas centradas nas pessoas e na comunidade, na partilha, na

abertura para a alteridade, nas danças, nos cantos e nas rezas. Resiste-se e se restabelece o equilíbrio, a alegria e o compartilhamento da memória ancestral, o espaço e o tempo. A luta indica a vida consagrada no movimento: risos aqui, afetos acolá, por toda a parte a importância de bem viver.

Nessa grande pajelança, diversos elementos naturais como urucum, jenipapo, açafraão, argila e penas se conectam a elementos simbólicos para fazer acontecer as energias do céu, a espiritualidade e às vezes as mais lindas sensações de voar. Elementos musicais compõem o pulsar da terra. É possível sentir que toda a terra pulsa como um coração por meio dos maracás e dos tambores. Por sua vez, as flautas lançam sopros e abrem portais transcendentais. Novos mundos são criados.

Desloca-se em marcha até o Supremo Tribunal Federal. Uma marcha de corpos, uma marcha de danças. As coisas passam pelas gentes em movimento. Objetivo: acompanhar a sessão por meio de um telão instalado pelo movimento. Na marcha, ocupam-se as três faixas da pista e derramam-se pingos em papéis com frases indicativas de protesto: "*Fora Bolsonaro*", "*Nossa história começa antes de 1500*" e "*Nossa constituição não será rasgada*".

O rosto de cada gente traz o sentido do esperar. Cada etnia desenha manifestações específicas. Traça-se uma espera perversa e desrespeitosa. O impacto do marco temporal para essas populações coloca o projeto de demarcações de terras indígenas em risco. Territórios em constante ameaça revelam corpos tombados pela invasão. Adia-se o julgamento pela presunção de pautas mais significativas.



Figura 1. Manifestação indígena em Brasília (DF). Arquivo pessoal, 2021.

A terra de pedras tenta retirar o pacto das gentes com o chão. Insiste-se em comungar com o mundo por meio das rodas. Nas plenárias e vigília do acampamento percebe-se a presença de artistas de alcance nacional que apoiam e se juntam ao movimento, a exemplo do DJ Alok e da cantora Maria Gadú. Um esforço cantado de reforçar a importância dessa resistência como luta de toda a população brasileira e não somente do movimento em específico.

A desconsideração da urgência da pauta por parte do Supremo Tribunal Federal não esvazia a atitude de luta. As plenárias seguem com força e garra. Debate-se a necessidade do fortalecimento de políticas públicas para os povos

indígenas, a urgência dos protagonismos indígenas na eleição de 2022, o sistema político brasileiro, a consolidação das candidaturas e da formação do parlamento indígena, a ampliação de alianças com apoiadores, artistas, figuras notórias e o pacto com movimentos sociais, organizações indigenistas e aliados da causa. Finaliza-se a permanência no acampamento com a produção e apresentação do documento síntese da luta pela vida.

Abraços demarcam uma geografia de afetos e despedidas. As estrelas observam um forte movimento de resistência colonial. A maioria das delegações retorna para as suas aldeias e territórios. Muitas outras lideranças e povos deliberam pela continuidade do movimento em Brasília com a finalidade de seguirem acompanhando de perto as votações do PL 490 e para construir e fortalecer a 2ª marcha das mulheres indígenas, que aconteceu entre os dias 7 e 11 de setembro de 2021 com o tema: *As originárias reflorestando mentes para a cura da Terra*.

Desafia-se o tempo e arregimentam-se forças. Repete-se: há cura para o que dura. A experiência no corpo é fortalecida pela ação de cantar, rezar, afiar arcos e flechas na multiplicidade da vida como lugar de cultivo. A luta revela espaços de danças como políticas de ecoengajamento sensível que revelam o corpo como um projeto ancestral. A moça da água grande canta que desde os territórios antigos, a presença indígena é ecoengajada e sustentável.

O corpo continua para além dos encontros o enlace com a dança. Em memória aos ancestrais que entregaram as suas vidas para existirmos, persiste-se; em memória aos encantados que nos trouxeram até aqui para darmos continuidade às suas lutas em defesa dos nossos corpos, terras, territórios, identidades e culturas diferenciadas, resiste-se. Anuncia-se à sociedade brasileira e à sociedade internacional que a mobilização em defesa da vida conjugando gestos, rezas e sonoridades há de ser permanentemente ativa.

Invoca-se a energia da terra. Um cogumelo que sempre esteve ali passa a ensinar. É preciso cantar e dançar para mostrar o quanto os povos indígenas resistem. Monta-se novas rodas e segue-se girando potências do bem viver como proposição crítica a valorização de modos de vida outros, nossos modos de vida.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. **La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales**: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. In: Tabula Rasa, n. 4, 2006, p. 17-48.

KATZ, Helena. **O que lateja na palavra pandemia**. Copenhague – Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze et al. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio D.. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? In.: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 433-460, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/pXt5ZtxqShgBKDJVTDjfWRn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MECKLIN, John (edit.). This is your COVID wake-up call: It is 100 seconds to midnight In.: **Bulletin of the Atomic Scientists**. Chicago, 2021.

PLEYERS, Geoffrey. Quatro Perguntas para as Ciências Sociais na Pandemia. In.: **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v. 1, n. 1, jan-jun/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/248022>. Acesso em: 07 out. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMAS, Luiz Antonio & RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

XAKRIABÁ, Célia. **Não existe floresta em pé**, com sangue Indígena no chão. São João das Missões, 21 set. 2021. Facebook: Célia Xakriabá. Disponível em:

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=405241651169710&id=100050516348346. Acesso em: 07 out. 2021.

Sites indicados

- <https://cimi.org.br/>
- <https://cimi.org.br/congressoantiindigena/>
- <https://apiboficial.org/>
- https://adelco.org.br/outros_documentos/glossario-politico/
- <http://sitesindigenas.blogspot.com/p/indigenas.html>
- <https://www.youtube.com/c/DenilsonBaniwa/videos>
- <https://www.facebook.com/profile.php?id=100050516348346>
- <http://www.jaideresbell.com.br/site/2020/07/09/a-arte-indigena-contemporanea-como-armadilha-para-armadilhas/>